

Gláucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre **Inclusão 2**



**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão 2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805  1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.  CDD 361.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928056</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>64</b>
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928057</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>76</b>
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>84</b>
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>94</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>105</b>
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>113</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussiêr de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>142</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>163</b>
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280518</b>	



<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva  Allan Kardec Alves da Mota  Karla Janaina Barbalho Maciel  Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>215</b>
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva  Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  Elidiane Lemos do Nascimento  Michele Santana de Oliveira  Elisnando Correia Ferreira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>226</b>
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio  Stenio de Brito Fernandes  Geraldo Mendes Florio  Magnólia Maria Oliveira Costa  Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida  Judith Perez Ferreira  Pedro Humberto Faria Campos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280524</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>248</b>

## GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

### **Amanda Drzewinski de Miranda**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná -  
UTFPR  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de  
Ciência e Tecnologia-PPGECT  
Ponta Grossa – Paraná

### **Eliza Ribas Gracino**

Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG  
Programa de Pós-Graduação em Educação-  
PPGE  
Ponta Grossa- Paraná

### **Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná -  
UTFPR  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de  
Ciência e Tecnologia-PPGECT  
Ponta Grossa – Paraná

### **Sani de Carvalho Rutz da Silva**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná -  
UTFPR  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de  
Ciência e Tecnologia-PPGECT  
Ponta Grossa – Paraná

**RESUMO:** A inclusão educacional tem como papel fundamental propiciar condições de aprendizagem a todos os estudantes independentemente de sua necessidade educacional. Ter um ensino de qualidade, o qual priorize a equidade de oportunidades

é responsabilidade de toda equipe escolar, professores, coordenadores pedagógicos e diretores. Assim, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa, realizada no ano de 2016, em um contexto de formação continuada-Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Estado do Paraná, tendo como participantes os coordenadores locais dos municípios envolvidos na formação. O objetivo foi verificar, quais são as ações desenvolvidas e as dificuldades encontradas pela gestão escolar para implementação de uma escola inclusiva. Para o levantamento de dados, optou-se utilizar um questionário com duas questões abertas, com análise de dados tratada por meio de categorias. Estes coordenadores indicaram ações para que a escola remodele-se, salientando os acertos e dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar. Observou-se, durante a formação, a busca dos participantes pela construção de um novo modo de ensino, alicerçados nos princípios inclusivos, o qual valoriza a qualidade e a equidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Gestão Escolar. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa.

**ABSTRACT:** Educational inclusion has as a fundamental role to provide learning conditions for all students regardless of their educational

need. Having a quality education, which prioritizes the equity of opportunities, is the responsibility of all school staff, teachers, pedagogical coordinators and directors. Thus, this paper presents the results of a research carried out in 2016, in a context of continuing education, Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, under the responsibility of the Universidade Estadual de Ponta Grossa no Estado do Paraná, coordinators of the municipalities involved in the training. The objective was to verify, what are the actions developed and the difficulties encountered by the school management to implement an inclusive school. For the data collection, we chose to use a questionnaire with two open questions, with data analysis treated by means of categories. These coordinators indicated actions for the school to remodel itself, highlighting the correctness and difficulties experienced in the school routine. It was observed during the training, the search of the participants for the construction of a new way of teaching, based on the inclusive principles, which values quality and equity.

**KEYWORDS:** Inclusive Education. School Management. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa.

## 1 | INTRODUÇÃO

A universalização do ensino e as leis e políticas educacionais no Brasil, emergiram sob influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que defende o reconhecimento da dignidade humana, como garantia da liberdade, de posição social e econômica do ser humano. Impulsionados por esses princípios a Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, Da Educação da Cultura e do Desporto, artigo 205, declara que a educação é direito de todos os indivíduos.

Assim, a promoção de movimentos internacionais, como a Convenção de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (ONU, 1994), nas quais definiram-se e discutiram-se estratégias específicas para satisfazer as prioridades básicas de aprendizagem, bem como os princípios de uma proposta de ensino com viés inclusivo, inspiraram a elaboração das políticas educacionais brasileiras (MIRANDA, 2014). Diante desse quadro, a Educação Especial no Brasil é oferecida como modalidade de educação escolar, a qual pretende promover o planejamento de metas e compromissos, para os indivíduos com deficiência e necessidades educativas especiais.

Contudo, Glat e Fernandes (2005) salientam em seus trabalhos que a pessoa com deficiência é rotulada como incapaz de aprender, portanto excluída da escola. Logo, é necessário repensar o que se considera como normal, nos modelos historicamente construídos pela sociedade, com a meta de superar o preconceito. Para isso, deve-se propiciar o desenvolvimento de propostas educacionais estruturadas nas potencialidades da pessoa com deficiência, por mais limitadas que estas sejam.

Assim, falar em necessidade educativa implica em discutir as propostas, que atendam integralmente e adequadamente às necessidades educativas tanto

permanentes quanto temporárias. Em face dessa perspectiva, a escola é considerada um espaço onde a aprendizagem é possível, um ambiente propulsor para oportunizar o desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos estudantes.

Entende-se, por sua vez, que a educação, da pessoa com deficiência desenvolverá seu potencial pela aquisição de conteúdos científicos. Pautado nesse viés é necessário assegurar momentos pedagógicos que explorem a participação ativa do aluno com deficiência, de modo que o ensino não dê ênfase na deficiência, mas, com o objetivo de superá-las. Em vista disso, Miranda (2014, p. 13) aponta,

[...] a educação é considerada como um bem de investimento e, desse modo, cabe à escola e aos seus professores oferecerem apoios adequados, os quais atendam a diversidade e individualidade da pessoa. Em decorrência disso, a aprendizagem deve ser voltada à formação do ser, isto é, considerá-lo como uma pessoa com direitos e deveres e que necessita de conhecimento como um dos instrumentos para a emancipação. Portanto, a educação escolar consiste na apropriação dos bens culturais traduzidos na forma de conhecimentos, os quais contribuem para formação do homem como um ser histórico.

Trata-se de priorizar a aprendizagem de todas as áreas motora, cognitiva e afetivo-emocional modificando o enfoque, rompendo a ênfase nas dificuldades, a fim de proporcionar o desenvolvimento na perspectiva de Freire (1999), quando se refere ao contexto educacional. Ou seja, como sendo um meio de liberdade, e conscientização, que possibilita a inserção do educando no processo histórico, como sujeito.

Por essa razão, a escola tem a função de possibilitar, aos estudantes com deficiência, a ocuparem seus espaços e exercerem a sua cidadania. Neste contexto, a equipe de gestão da escola, tem papel fundamental, pois a responsabilidade para que ocorra a inclusão efetivamente não é somente do docente. Para isso, a equipe gestora deve propor ações que visem aceitar, respeitar e valorizar o estudante com todas suas diferenças.

Portanto, com a demanda escolar diversificada, torna-se necessário refletir sobre a dinâmica do trabalho da gestão frente aos princípios inclusivos, e por sua vez, propiciar aos gestores momentos para repensar sobre a sua atuação no ambiente escolar, de modo que possam contribuir para a construção de saberes e competências dos professores.

Com vistas a essa perspectiva, o Governo Federal em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios assumem o compromisso de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, essa proposta intitulada como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Para alcançar tal propósito, as Instituições de Ensino Superior, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em parceria com o Ministério da Educação, implementaram as ações previstas para ocorrerem no PNAIC.

A formação continuada pautou-se no pressuposto que “garantia do direito de aprender, de cada criança, não é responsabilidade apenas do professor alfabetizador:

o apoio de toda a comunidade escolar, numa gestão plenamente democrática, é que será a garantia do sucesso do PNAIC”. (BRASIL, 2015, p.13).

Assim, neste contexto, a formação proposta para o ano de 2016, abordada no plano de formação elaborado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, para efetivar as ações do PNAIC, pauta-se na formação continuada para professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e técnicos de secretarias, orientadores de estudos, coordenadores locais e regionais centra-se em curso presencial e em serviço, com carga horária de 100 horas, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas, tendo como eixo a gestão e alfabetização.

Neste sentido, as ações enfatizadas no PNAIC, visa propiciar ao alfabetizador “acesso possível a conhecimentos que lhes permitam construir, em seus municípios e escolas, as melhores condições para que possam atender aos seus alunos em suas diversas necessidades educacionais”, (BRASIL, 2015, p.14), tendo como suporte a gestão participativa e democrática.

Desse modo, propõe-se nessa pesquisa um aprofundamento teórico por meio do questionamento: Quais são as ações desenvolvidas e as dificuldades encontradas pela gestão escolar para implementação de uma escola inclusiva?

## **2 | A PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Embora as discussões que versam a implementação dos princípios inclusivos ganharam evidência no Brasil, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 1948), somente em meados da década de 90, século XX, seus pressupostos foram amplamente difundidos.

Sendo assim, a Declaração de Salamanca (1994, p.3) aborda os Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial, a qual aborda as Necessidades Educativas Especiais, bem como as orientações para a viabilização da educação inclusiva.

No Brasil, elaboraram-se legislações, como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96); as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as quais tiveram como meta o fortalecimento dos princípios da equidade de oportunidade e participação. Segundo Miranda (2014, p. 20).

Diante da disseminação e da compreensão de que a educação é concebida como direito de todos os indivíduos, demanda a emergência de processos que viabilizem a construção de uma cultura social capaz de aceitar a pluralidade e respeitá-la. No âmago dessa perspectiva, as pessoas com deficiência procuram um lugar na sociedade, que não seja excludente, mas que agregue suas capacidades, de modo a favorecer seu desenvolvimento.

Assim, é necessário reconhecer e aceitar a diversidade existente na escola e



por sua vez garantir o ingresso de todas as pessoas, independente das limitações peculiares de cada um. Neste sentido, no documento oficial Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, institui-se propostas, as quais contemplam as necessidades individuais dos estudantes, ou seja “Compreende uma inovação educacional, ao romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar e ao propor a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional”. (BRASIL, 2007, p.14)

Paralelamente a essa abordagem, Mantoan (1997, p. 145) defende que as escolas inclusivas são as quais,

[...] propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os discentes e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os educandos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Sob essa óptica, os encaminhamentos “implica numa reorganização estrutural do contexto escolar, além de todos os elementos da prática pedagógica, considerando o dado do múltiplo, da diversidade e não mais o padrão, o universal” (C. MARQUES e L. MARQUES, 2003, p. 235). Quanto a isso, Mantoan *et al* (2006) identifica que os preceitos da edificação de uma educação inclusiva sendo como um desafio lançado à escola, a qual precisa respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem.

Logo, o corpo docente e de gestão da escola deverão planejar situações de aprendizagem, o qual tenha como enfoque um ensino compromissado com a qualidade a todos os estudantes, com propósito principal, a equidade. Diante desse propósito no documento Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas (BRASIL, 2005, p. 13) destaca-se.

Tem que dar apoio a todos os alunos, valorizá-los e ter altas expectativas a respeito de sua aprendizagem, já que muitas vezes, os professores têm preconceitos que condicionam os resultados dos alunos. Os professores têm que ter claro, que todas as crianças podem aprender e utilizar todos os meios ao alcance de todos que tenham êxito.

Quanto a isso, a implementação de uma escola inclusiva requer o entendimento de que os discentes possuem limitações e potencialidades, e que, portanto, deve-se educar valorizando a diversidade humana.

### **3 | O PAPEL DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para que se avance com sucesso a uma proposta inclusiva a equipe de gestão deve buscar a participação de toda a comunidade, por meio de ações democráticas as

quais Cavalcanti (2014, p. 1014) versa.

O gestor tem grande importância na escola sendo necessário que ele busque sua atuação baseada na diversidade. Em consequência da liderança que exerce, todos que compõem este ambiente estarão se espelhando em suas ações, neste sentido deve ser o primeiro a ter consciência da importância da escola inclusiva implementando práticas que favoreçam este princípio, dando a escola unidade, e não atribuir dois espaços: um de ensino regular e um de educação especial. Concebendo-o como um todo e não compartimentado. Neste cenário, a escola torna-se responsável por todos educandos, e não apenas por alunos regulares ou os ditos “especiais”, integrando-os ao trabalho com especialistas e toda a equipe.

Portanto, é nesta perspectiva que a atitude do gestor precisa pautar-se, pois cabe a ele proporcionar uma estrutura necessária para desenvolvimento pleno do processo. Portanto, sejam atendidas efetivamente as expectativas de aprendizagem dos discentes com deficiência, é preciso um gestor comprometido com os princípios da inclusão. Para isso, é preciso viabilizar ações no âmbito escolar, as quais possibilitem o atendimento educacional adequado, ou seja alicerçado na diversidade. Assim, para exercer um trabalho competente embasado à luz da inclusão é pertinente “refletir o que é ser ou estar incluído” (BRASIL, 2014, p.7). Para que a proposta de educação se efetive com aporte na inclusão de acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.9-10) é necessário seguir alguns parâmetros.

Eles (administradores e diretores) deveriam ser convidados a desenvolver uma administração com procedimentos mais flexíveis, a reaplicar recursos instrucionais, a diversificar opções de aprendizagem, a mobilizar auxílio individual, a oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidades, Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

Diretores de escola têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar e via arranjando uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de apoio. Arranjos apropriados para o apoio e o exato papel a ser assumido pelos vários parceiros no processo educacional deveria ser decidido através de consultoria e negociação.

O gestor ao propor a execução de um plano de trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva contribui para a efetivação e a aceitação da diversidade dentro e fora da escola, elegendo como principal pressuposto a singularidade dos estudantes. Priorizando, contudo, a participação da comunidade para uma prática reflexiva e coletiva, princípios os quais devem ser a base das ações pedagógicas.

Nesse sentido, Sage (2017) pontua sobre a necessidade de se modificar as escolas, reunindo esforços pela gestão democrática, para que por meio do empoderamento dos professores e funcionários, diante das decisões relativas ao âmbito escolar, estes percebam a importância do trabalho cooperativo. A cooperação entre a comunidade escolar auxiliará a formação e a consolidação de equipes de

trabalho.

O envolvimento dos professores por meio da participação irá possibilitar o engajamento necessário para o processo de “processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar” (LIBÂNEO, 2002, p. 87).

Indubitavelmente, uma gestão que trabalhe de maneira integrada, em que a comunidade escolar tenha acesso a participar das discussões a respeito do cotidiano escolar, de maneira efetiva, demonstrará respeito às diferenças. (LUCKE, 2001),

Para Rodrigues (2006, p. 306) o exercício da gestão, no viés da inclusão é um desafio permanente, visto que,

[...] a profissão de gestor escolar exige imensa versatilidade, dado que se lhe pede que aja com grande autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção com condições muito diferentes. Para desenvolver esta competência tão criativa e também uma formação profissional.

Percebe-se que, para implementação da educação inclusiva, se faz necessário articular a participação dos professores, família, alunos e comunidade. Trata-se do compromisso em promover a acessibilidade a aprendizagem visando a melhoria da qualidade de ensino. Logo, faz necessário, a reflexão das dificuldades encontradas, a elaboração e execução de um planejamento, a definição das propostas para o plano político pedagógico da escola, tudo articulado com o plano de trabalho docente, para assim concretizar a viabilização da proposta inclusiva.

## **4 | A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

No ano de 2012, por meio da portaria 867, promulgada no dia 04 de julho, o Ministério da Educação brasileiro institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Dentre os objetivos traçados na portaria, esta estabelece a construção de “propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.” (PORTARIA nº 867, Art. 5º, 2012). Sendo responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal a efetivação de suas propostas, bem como o desenvolvimento de metodologias e estratégias para que a alfabetização se efetive (BRASIL, s.d., p.20).

Por considerar o professor parte imprescindível para o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que este é o responsável pela organização das condições para que a aprendizagem aconteça, o programa tem como estratégias principal a formação docente continuada dos professores alfabetizadores da rede pública (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental), que ocorre por meio de formações, ou seja, encontros que priorizam estudos teóricos, aliados a atividades práticas. Embora também aborde a perspectiva da interdisciplinaridade, o programa enfatiza a

alfabetização matemática e na língua portuguesa (BRASIL, 2012).

Estruturalmente, os professores alfabetizadores dos municípios que aderiram ao programa recebem o suporte dos orientadores de estudos, que são apoiados por coordenadores locais, sendo que tanto os orientadores quanto os coordenadores têm seus estudos direcionados pelos formadores, selecionados por universidades públicas inseridas na Rede Nacional de formação do MEC (BRASIL, 2012).

De acordo com o documento Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º, 3º anos) do ensino fundamental (BRASIL, 2012, p. 11-12), para cumprir o dever do Estado na fixação dos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, foi preciso elaborar orientações curriculares, uma vez que no ano de 2012 as principais dificuldades impostas destacam-se:

1. a LDB no 93.94/1996 sofreu significativas alterações;
2. a Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, estabeleceu o ingresso da criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental, ampliando-o para nove anos;
3. a Portaria Normativa no 10, de 24 de abril de 2007, que institui a “Provinha Brasil”, explicita a avaliação do processo de alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos;
4. o Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) no 4, de 10 de junho de 2008, que institui que os três anos iniciais devem ser voltados à alfabetização e ao letramento;
5. o CNE/CEB elaborou Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB);
6. o CNE/CEB elaborou novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (DCNEF);
7. o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) requer subsídios para que atenda as especificidades curriculares tanto das crianças de seis anos de idade neste novo Ensino Fundamental como para o Ciclo de Alfabetização;
8. o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 está em processo de votação no Congresso Nacional;
9. os Cadernos de Formação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (2012) subsidiam a formação do professor alfabetizador, levando em conta concepções, conceitos, procedimentos, avaliações de aprendizagem, na direção de alfabetizar e letrar as crianças do Ciclo de Alfabetização.

Em face as dificuldades elencadas acima, foram elaborados cadernos para nortear os estudos. No ano de 2013 trabalharam-se temas referentes a alfabetização, sendo estes distribuídos em 08 cadernos, para cada ano (1º, 2º e 3º anos), cujos temas abordados foram: Currículo Na Alfabetização: Concepções e princípios; Planejamento escolar: Alfabetização e ensino e a língua portuguesa; A aprendizagem do sistema de escrita alfabética; Ludicidade na sala de aula; Os diferentes textos em salas de alfabetização; Planejando a alfabetização; Integrando diferentes áreas do conhecimento projetos didáticos e sequências didáticas; Alfabetização para todos: Diferentes percursos, direitos iguais; Organização do trabalho docente para promoção da aprendizagem.

A Educação no Campo foi distribuída em 08 Cadernos, que percorreram sob os

temas: Currículo no ciclo de alfabetização: Perspectivas para uma educação do campo; Planejamento do ensino na perspectiva da diversidade; Apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização em escolas do campo; Brincando na escola; O lúdico nas escolas do campo; O trabalho com gêneros textuais em turmas multisseriadas; Projetos didáticos e sequências didáticas na educação do campo: A alfabetização e as diferentes áreas de conhecimento escolar; Alfabetização para o campo: Respeito aos diferentes percursos de vida; Organizando a ação didática em escolas do campo.

A Educação Especial foi contemplada em um caderno, que sob o tema “A Alfabetização de crianças com deficiência: Uma proposta inclusiva”, que discutia a alfabetização da pessoa com deficiência motora e intelectual, da pessoa cega e com baixa visão, da pessoa surda e o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. Os trabalhos realizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelas formadoras responsáveis pelo PNAIC, contemplaram palestras e oficinas abordando a temática, relacionadas com o ensino de matemática e língua portuguesa.

A proposta do caderno acima mencionado é a de sequência didática, relatos de experiência e incentivando o uso de jogos voltados para a alfabetização inclusiva e sugerindo leituras referentes ao tema.

O período de 2014, os cadernos contemplaram a Alfabetização Matemática, tendo como temas: Organização do trabalho pedagógico; Quantificação, registros e agrupamentos; Construção do sistema de numeração decimal; Operações na resolução de problemas; Geometria; Grandezas e medidas; Educação estatística; Saberes matemáticos e outros campos do saber; Educação matemática no campo; Educação matemática inclusiva; Jogos na alfabetização matemática; Encarte dos jogos na alfabetização matemática. O caderno sobre educação matemática inclusiva abordou as questões da inclusão e exclusão, do currículo e dos direitos e a aprendizagem, discutindo também diversidade, acessibilidade, participação e aprendizagem, trazendo informações sobre os acervos complementares na Educação Inclusiva, distribuídos às escolas públicas, bem com sugestões de leituras, vídeos e sites sobre o tema.

Os cadernos do ano de 2015 abordaram: Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Ciclo de Alfabetização; A criança no ciclo de alfabetização; Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização; A organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização; A oralidade, a leitura e a escrita no Ciclo de Alfabetização; Gestão Escolar no Ciclo de Alfabetização; A arte no Ciclo de Alfabetização; Alfabetização matemática na perspectiva do letramento; Ciências da Natureza no Ciclo de Alfabetização; Ciências Humanas no Ciclo de Alfabetização; Integrando saberes.

Em 2016 os temas referiam-se ao reforço dos temas anteriores, articulados a Avaliação e aos Direitos de Aprendizagem. Para que a inclusão se efetive, faz-se necessário que todos os envolvidos na escola compreendam “as diferenças pessoais



e os diversos interesses que configuram os momentos de formação” (BRASIL, 2014, p.28). Logo, a equipe de formadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, responsáveis pelo PNAIC, retomaram a abordagem inclusiva realizando o direcionamento para a equipe gestora da escola. Abordou-se o tema inclusão e diversidade, por meio de palestra, mesa redonda e teatro. Oportunizou-se os participantes da formação a discutir as propostas da educação inclusiva.

Observa-se que, durante quatro anos, os assuntos pertinentes as inclusões foram abordadas, para que o Decreto N° 6.094, que estabelece o Plano de Metas, cuja intenção é assegurar a todos os estudantes o direito a Educação Básica de qualidade, tendo toda as crianças plenamente alfabetizada até os 8 anos, até o ano de 2022 obtenha êxito (BRASIL, 2012, p.28).

Recentemente foi divulgada a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que de acordo com o documento não diferem das orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que propõe “[...] um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL, 2017, p. 12).

O documento pauta-se nos princípios pedagógicos do desenvolvimento de competências e no compromisso com a educação integral, tendo como componentes curriculares para os anos iniciais as áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. No que diz respeito ao ensino para as crianças deficientes, o documento apregoa o princípio da equidade, reafirmando “[...] seu compromisso com os alunos com deficiência, ao reconhecer a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146/2015). Na formação continuada, proposta no PNAIC, sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, articulou-se a educação inclusiva com todos os cadernos propostos.

## 5 | METODOLOGIA

Compreende-se a necessidade em aprofundar estudos a respeito dos princípios inclusivos e de como aplicá-los no contexto escolar, no sentido que levar em conta as peculiaridades de aprendizagem dos estudantes com deficiência, bem como, perceber a influencia que o gestor escolar pode exercer no processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, neste estudo, pautou-se na abordagem metodológica qualitativa de cunho interpretativo. Conforme, Bogdan e Biklen (1994, p. 47) “Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa pautou-se em investigar quais são as ações desenvolvidas pela gestão escolar e as dificuldades encontradas para

implementação de uma escola inclusiva. Sendo assim, elaborou-se um questionário com duas questões discursivas. As perguntas aplicadas foram:

1. Na sua opinião, quais ações pedagógicas, administrativas que o gestor escolar pode efetivar para que ocorra a inclusão do aluno com deficiência?

2. Quais dificuldades em que você acredita que são vivenciadas pelo gestor escolar acerca a escola inclusiva?

As questões foram aplicadas em um dos encontros presenciais realizado no ano de 2016, com a participação de 40 coordenadores locais dos municípios envolvidos na formação, em que a Universidade Estadual de Ponta Grossa no Estado do Paraná é responsável pelo PNAIC. Optou-se pela escolha dos coordenadores locais, para responderem as questões, visto que, uma de suas atribuições no PNAIC é realizar a formação com os gestores escolares.

Logo, por meio das respostas obtidas elencou-se a ideia principal de cada uma das respostas, a fim elaborar categorias com assuntos que se repetiam para dar continuidade a análise dos dados.

## 6 | AVANÇOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nessa pesquisa, buscou-se investigar as ações dos gestores escolares, quanto a escola inclusiva. A escola inclusiva possui alguns princípios, que de acordo Forest e Pearpoint (1997, p. 138).

Inclusão NÃO trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferenças, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade. (...) inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de criar novas formas de ver o mundo. (...) Inclusão é reconstruir nossos corações e nos dar as ferramentas que permitam a sobrevivência da humanidade como uma família global.

Diante dessa afirmativa, a escola inclusiva é um ambiente acessível a todos, a qual deve respeitar a heterogeneidade humana. Para isso, o gestor tem um papel importante nesse contexto, incentivando a dialogicidade, a partir do reconhecimento da identidade de sua escola, ou seja, de suas características e de seus sujeitos, e do seu clima e rede de relações (TEZANI, 2004, p. 177).

Assim, sobre as quais ações pedagógicas, administrativas que o gestor escolar pode efetivar para que ocorra a inclusão do aluno com deficiência. As coordenadoras indicaram algumas ações que julgam suficientes e importantes, tais como:

- adequação do ambiente, propiciando a acessibilidade;
- incentivo junto os estudantes com deficiência a frequentar a sala de recursos;

- incentivo aos professores para participar de formações continuadas;
- propiciar condições ao professor para que realize adaptação de material didático e utilize metodologia adequada;
- orientar os familiares;
- o professor e a equipe pedagógica, acompanharem o rendimento do aluno, elaborando estratégias pedagógicas que contribuam para o seu aprendizado.

Nota-se, o reconhecimento da necessidade de alteração do sistema de ensino, e principalmente nas escolas para que a educação inclusiva realmente se efetive.

Neste contexto, o gestor precisa fomentar e desenvolver os processos pedagógicos e administrativos em uma abordagem flexível, tais como: uso adequado dos recursos, mobilização dos estudantes, docentes, família e da comunidade. Além disso, incentivar as intervenções pedagógicas apropriadas, portanto propiciar o ensino com equidade.

Nesta perspectiva, a escola só será inclusiva quando o gestor desenvolver ações atreladas as esferas política, administrativa e pedagógica, criando condições para concretizar uma administração democrática e participativa.

Com isso, escola se transformará em um ambiente significativo o qual propicia a aprendizagem que valoriza o desenvolvimento afetivo, emocional, intelectual e social. Assim sendo, oferecendo oportunidades para que todos os educandos construam o seu conhecimento. Contudo, os professores, têm como desafio identificar os obstáculos que podem limitar a construção da autonomia da pessoa deficiente. Diante disso, compete ao gestor apresentar posicionamentos inovadores que, por sua vez requer formação contínua dos professores, métodos pedagógicos inovadores. (BRASIL, 2014).

Ao questionar sobre as dificuldades encontradas ao propor uma escola inclusiva, o item indicado por todas as coordenadoras é a formação deficitária do docente. Indicaram nas respostas que muitos dos professores não tiveram na formação inicial embasamento para o trabalho com alunos com deficiência. No PNAIC, oportunizou-se a formação continuada sobre o tema inclusão, no entanto somente docentes do 1º, 2º e 3º anos participaram.

Nota-se pelos apontamentos indicados que, existem dificuldades para atuar com os estudantes especiais em decorrência da falta de formação continuada dos docentes. Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p.10).

Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.

Pensar nas questões referentes os princípios inclusivos, implica em refletir sobre a dinâmica da sala de aula. Para isso, é preciso propiciar ao professor espaço para

que realize estudos e discussões com seus pares que permitam a reelaboração de sua prática pedagógica. (BRASIL,2104).

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a realidade do contexto educacional brasileiro acerca da implementação de uma escola com proposta inclusiva, percebeu-se que é necessário reformular o currículo, além oferecer formação continuada para os docentes e também para os gestores, como forma de desenvolver as competências pedagógicas para trabalhar com o estudante deficiente, bem como com a diversidade humana.

Observa-se que para termos uma escola inclusiva, precisa ir além dos termos e instalações modernas e recursos didáticos atualizados.

Para isso, o gestor tem o papel de mobilizar professores, funcionários, pais e alunos, como forma de promover um ambiente educacional prazeroso embasado na inclusão. Assim, cabe a ele sugerir ações que viabilizem a efetivação do processo, através de momentos de reflexão do trabalho pedagógico, da definição de objetivos, bem como um plano de ação, que propicie a quebra de barreiras que estejam dificultando o aprendizado do aluno deficiente.

Assim, é indispensável que o gestor incentive professores, família e a comunidade escolar a adoção de práticas que favorecem o princípio da inclusão, de forma a possibilitar em ensino democrático e participativo.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem contribuído no sentido de estimular os docentes e a equipe gestora a oportunizar aos educandos metodologias e ações desafiadoras, oportunizando assim o sucesso na alfabetização das crianças até os oito anos de idade, bem como a efetivação da aprendizagem, por meio da aquisição do conhecimento sistematizado, responsabilidade da educação escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: Livro 1** / MEC / SEESP, Brasília, DF, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília: MEC/SEESP, Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 20 de out. 2017.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Currículo na alfabetização: concepções e princípios**. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as

ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: [www.pacto.gov.br](http://www.pacto.gov.br) . Acesso em 20 de out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEB, 2015.

\_\_\_\_\_, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) > . Acesso em : 04 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto. Editora. 1994, p. 15-80.

CAVALCANTI, A. V. O papel do gestor escolar no processo de inclusão. **Colloquium Humanarum**, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 1014-1021,v11.

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. UNESCO 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CÔRDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

FOREST, Marsha, PEARPOINT, Jack. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, M. T. É. et al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 137-41.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

GLAT, R; FERNANDES E M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, n. 1, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LÜCK, H. [et al]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, 1ed., São Paulo: Summus, 2006. (1ª. Parte).



MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, Verbena M. S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (org.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro:DP&A, 2003. p. 223-239.

MIRANDA, Amanda Drzewinski de. **Contextualizando a matemática por meio de projetos de trabalho em uma perspectiva interdisciplinar: foco na deficiência intelectual**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Genebra, Suíça, 1948.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: dozes olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 299-318.

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017. p.129-141

TEZANI, Thaís C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VIEIRA, E. **A política e as bases do direito educacional**. Disponível em //http://www.scielo.br//. Acesso em 01 ago. 2006.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-363-7

